

ACTA Nº 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2006

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, pelas catorze e quinze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;**
- 2. Expediente para conhecimento;**
- 3. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira;**
- 4. Primeira revisão aos documentos previsionais do ano financeiro de 2006;**
- 5. Informação apresentada pelo membro da Assembleia Municipal Dr. Teixeira Gomes sobre “ Como obter energia a partir de biomassa”**
- 6. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação.**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta e dois membros.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, Paulo Pires, Irene Aleixo, José Moura, Deolinda Silva e Pedro Giesteira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Alves Pereira, Judite Freitas e António Dias.

Por lapso, na redacção da acta da sessão anterior, não foi referenciado que os deputados Pedro Giesteira e Paulo Pires justificaram as faltas à sessão do dia 22 de Dezembro de 2005, nos termos legais do Regimento da Assembleia Municipal.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Tomaram posse os membros da Assembleia a seguir indicados: Paulo Pires, Pedro Giesteira e Joaquim Leitão.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a rectificação da ordem de trabalhos desta sessão, nos termos supra apontados, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, António Ferreira, Francisco Surreira, Nuno Pereira, Fernando Calvão, Ricardo Moura, Jorge Fernandes, Paulo Cruz, Paulo Pires e Pedro Giesteira

O deputado João Soares disse que a Educação está na ordem do dia e considera que é a componente mais forte da agenda política nacional e local e por ser local é que falou dela. Disse que dentro de pouco tempo vai-se falar das estruturas educativas deste concelho e de um problema de grande importância: a Educação.

Disse que não nasceu para “ futurólogo” , nem para visionário, muito menos para profeta mas, no ano 1989 nas instalações da UTAD onde se realizou um colóquio internacional subordinado ao tema “ Perspectivas de Educação para o ano 2000” . O humilde professor de Barroso, com 23 anos de serviço docente em escolas públicas e privadas foi gentilmente convidado pelo Departamento de Ciências e Educação da UTAD colóquio que abordava o tema abordado a temática “ Traços principais do perfil do professor no ano 2000” .

Estavam presentes professores de todo o país, bem como professores da área departamental de Educação de Madrid, Salamanca, Liege e Massachussets.

Na altura, estavam a ser construídas algumas escolas e houve alguma confusão pois eram mal dimensionadas, mal apetrechadas, com muitas carências e criaram-se para resolver alguns problemas da Educação. Hoje, sente-se honrado por ser membro da Assembleia Municipal onde poderá colaborar na resolução este problema de responsabilidade e interesse e que é fundamental para enfrentar um desafio que vai concerteza condicionar o desenvolvimento cultural, científico e técnico futuro das novas gerações do nosso país.

Disse que hoje é imperativo nacional pôr a Educação, a Inovação, o Conhecimento e a Tecnologia na agenda política para bolir com este marasmo que se instalou nas gerações jovens.

Referiu ainda, que as escolas nada apetecíveis e nada confortáveis fizeram com que os alunos, desde o pré-escolar até ao secundário, fossem, progressivamente, abandonando a escola, havendo uma situação dramática de abandono escolar e de desqualificação profissional ou seja, trata-se de insucesso educativo porque as escolas não acolheram os jovens de forma a eles se sentissem bem, motivando-os, e preparando-os, para se qualificarem e mostrarem mais de si, com mais trabalho, com mais competência, mais qualidade e qualificação para o desenvolvimento desta sociedade que a passos largos, se tem atrasado em relação a outros países.

Tinha dito isto há vinte anos atrás e agora este assunto está na agenda política e uma vez que se está prestes a aprovar a Carta Educativa, é bom que toda a gente se empenhe neste assunto.

O deputado Domingos Vasconcelos felicitou o professor Cavaco Silva pela vitória que teve nas eleições presidenciais. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quando é que este se digna mandar pôr o nome nas ruas da sua freguesia pois é a única aldeia que não tem placas toponímicas e uma vez que pressionaram as pessoas a pôr caixas do correio, seria bom que elas funcionassem.

Disse que anda um alarido no Baixo Barroso sobre a qualidade da água e pediu que o Senhor Presidente da Câmara fosse sincero e dissesse se as análises da água têm sido ou não feitas.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou um caso de cariz social. Disse que há dois meses ardeu a casa de um senhor de Rebordelo que tem 88 anos, vive nas condições mais degradantes que se pode imaginar e numa situação financeira muito débil. Disse já ter alertado o Presidente da Junta, mas que o mesmo nada fez. Pensa que se está à espera que ele morra e que a Segurança Social venha fazer um pandemónio sobre a situação no concelho. É uma situação que tem que se ver, como já se viram tantas outras.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara sobre o alegado fecho do serviço de urgências do Centro de Saúde pois ninguém fala sobre isso e trata-se de um assunto público. Considera que o Centro de Saúde e o serviço de urgências se devem manter abertos devido à distância que nos separa dos centros que nos poderão atender.

Disse que o Presidente da Câmara não diz nada sobre o protocolo com as Águas de Trás-os-Montes e sobre o “ petróleo de Barroso” .

As Águas de Trás-os-Montes vão abastecer primeiro do que cumprir o protocolo assinado pois as ETAR’s estão por fazer.

Perguntou qual a data de aprovação da urbanização do concelho de Montalegre, nomeadamente a sede do concelho.

Acerca da urbanização das margens da albufeira dos Pisões, disse que foi constituída a comissão e não se disse mais nada, por isso gostava de ser esclarecido.

Na questão da educação, disse que aos professores compete ensinar e aos alunos aprender, mas redimensionar e apetrechar as escolas é essencial. Focou um exemplo na sede do concelho, a Escola D. Nuno Álvares Pereira que foi construída em 1973 e tinha limite de alunos. Hoje os alunos estão como “ as abelhas no cortiço” , é um edifício pré-fabricado, de material desgastante e que alberga alunos de 5 e 6 anos com os alunos de 15 e 16.

Sobre a zona de lazer de Penedones, pediu ao Presidente da Câmara que falasse de uma obra de “ 200 mil contos” , com situações graves lá dentro e que já está adjudicada. Disse que em Montalegre há obras em curso que rondam os 500 mil contos e que tem medo da herança que nos podem deixar.

O deputado António Ferreira afirmou que a Escola Preparatória pertence ao Agrupamento de Escolas de Montalegre e que essa mesma escola dispõe de várias salas que acolhem o ensino pré- primário, o 1º ciclo e o 2º ciclo e ainda há salas vagas devidamente apetrechadas, com equipamento informático, laboratórios e aquecimento. Convidou toda a gente a visitar a escola e concordou que a mesma, exteriormente, não está nas melhores condições e com as características de um bom estabelecimento de ensino. Disse que os alunos não estão amontoados pois já lá estiveram 1160 alunos e agora estão apenas 145 do 2º ciclo, 10 de um curso profissional, 50 da pré-primária e 140 do 1º ciclo.

Disse ainda que está em fase de adjudicação um novo estabelecimento de ensino para o 2º ciclo junto às piscinas municipais.

Felicitou o Presidente da Câmara pois ao contrário da capital de distrito, Montalegre não ficou isolada com a neve e realçou o mérito dos funcionários da autarquia pelo bom desempenho que tiveram mantendo as estradas transitáveis, fazendo com que centenas de pessoas visitassem Montalegre.

Apelou aos hoteleiros para que equipassem os restaurantes com rampas de acesso para deficientes.

Perguntou ao Presidente da Câmara qual era a situação da Pousadinha de Paradela, pois exteriormente, aparenta estar degradada e perguntou também como estava a situação das alegadas dívidas da “ModaBarr” uma vez que esta empresa utilizou as instalações do actual Ecomuseu do Barroso.

Informou que nas imediações da antiga lixeira, que está selada, se estava a fazer uma nova lixeira e que era preciso intervenção e vigilância.

Disse que o número de estacionamento na vila subiu muito, mas ainda não era suficiente pois existem carros abandonados a ocupar espaço.

O deputado Francisco Surrreira disse que concordava com o deputado António Ferreira pois é urgente fazer novos acessos a espaços públicos, começando pela Câmara, Tribunal e Finanças.

Disse ainda que leu na imprensa que o concelho de Montalegre vem na lista dos 12 concelhos com água imprópria para consumo e pensa que isto é um mau postal turístico.

O deputado Nuno Alves Pereira disse que o tema da Educação deve ser um tema abrangente e deve ser pensado com ponderação. Disse que as questões a serem pugnadas em termos de qualidade de ensino não se prendem com questões laterais e colaterais. Na sua opinião, a qualidade de ensino depende só da qualidade das interações, com a reciclagem de alguns professores, de metodologias e de muitas escolas.

Fez um reparo de natureza pessoal que se prende com considerações feitas, ainda ele vereador, com atitudes rebaixistas e de perseguição política. Disse, ainda, que na altura não se manifestou porque o processo estava em segredo de justiça e agora quer que conste na acta aquilo que foi decidido em termos judiciais. Recebeu, quase no fim do mandato, cópia do despacho do Ministério Público do círculo judicial de Chaves que determinava o arquivamento do processo por anomalias da denúncia.

O deputado Fernando Calvão disse que apreciou o discurso do deputado Soares pois é um discurso actual, coerente e importante. Disse, ainda, que

espera que os avultados investimentos feitos nos últimos dois anos não sejam impeditivos de se começar a tapar alguns buracos provocados pelo gelo e pela neve, referindo-se concretamente à faixa do lado direito em direcção ao Bairro do Crasto, a estrada antiga de Padornelos, o arruamento do loteamento da Veiga e, principalmente, à EN 103 pois esta, com a colocação das tubagens das Águas de Trás-os-Montes, está uma vergonha. A empresa tem obrigação moral de deixar a estrada, no mínimo, como estava. Disse que não nos podemos calar pois a solidariedade tem limites.

O deputado Ricardo Moura felicitou a bancada do PSD pela vitória das presidenciais e espera que tudo corra bem e que o Presidente Cavaco Silva apoie quem está a fazer um grande esforço para governar.

Disse que tinha esperado que o deputado Paulo Pires fosse vereador e não deputado pois este garantiu-lhe tantas vezes que o ia ser que ele quase acreditou.

Perguntou à Assembleia se o complexo que se inaugurou no mês de Janeiro ainda pode ser chamado de “mamarracho” e se durante a Feira do Fumeiro não viram o edifício de forma diferente e que realmente faz falta a Montalegre.

Disse ainda que gostava que toda a gente estivesse unida para defender iniciativas de valor e de futuro.

O deputado Jorge Fernandes disse que na sessão da Assembleia anterior tinha afirmado que estava disposto a colaborar com a autarquia e era isso que estava a tentar fazer. Disse que o Presidente da Câmara sabia que houve um problema com a colocação dos contadores da água no Cortiço e no Alto Fontão. Falou com a população e esta está disposta a colaborar, ficando a Junta de Freguesia como mediadora.

Disse que em Vilarinho de Arcos, Cervos, Barracão e Arcos os correios nunca funcionaram. Perguntou ao Presidente da Câmara qual o ponto de situação das placas toponímicas destas aldeias.

O deputado Paulo Cruz disse que o que foi levantado pela Comunicação Social sobre a qualidade da água foi referente ao nível de análises que se fizeram no ano 2004, as quais não cumpriam as directivas exigidas, não sendo posta em causa a qualidade da água. Disse ainda que lamenta haver pessoas a tentarem tirar dividendos políticos desta situação e que quem contribui para denegrir a imagem do concelho é o PSD e não o PS. Tem que se ter bastante ponderação e aguardar os resultados das análises.

Em relação às eleições presidenciais, disse que realmente o povo não se engana e que o povo elege a pessoa certa para o cargo certo.

O deputado Paulo Pires saudou todos os eleitos e disse que a sua ausência de cinco anos na Assembleia o vai fazer retomar a tarefa com mais responsabilidade.

Em relação às eleições autárquicas, disse que o processo de elaboração das listas da campanha autárquica revelaram muitas coisas que não estão a funcionar na democracia local. Disse que sabia de pessoas, nas quais confia plenamente, que trocaram de lista a troco de materiais de construção, de biscates, de contratos sem validade legal, de trabalho remunerado não adaptado à sua função e contratos a prazo. Disse que analisou o resultado das eleições dos últimos anos e verificou que o número de eleitores tem vindo a diminuir e pela primeira vez, em 2005, o número de eleitores aumentou, talvez por estarem preocupados com o destino do concelho, estando a Democracia representativa muito próxima da alienação.

Justificou o aparecimento do Bloco de Esquerda para combater a alienação política, de forma a que a Administração Local seja mais responsável, ao serviço dos cidadãos, de maneira a abrir espaço para a formação e participação das pessoas.

Disse que, como deputado do Bloco de Esquerda, lhe cabe lutar por um poder autárquico que não seja amotinado e que de facto trabalhe porque ele considera que a gestão autárquica está mal, sendo um retrato da tragédia nacional.

Disse que a Câmara Municipal de Montalegre conseguiu gastar, nos últimos oito anos, muito mais com as suas despesas anuais. De 1995 a 1998 houve um aumento de 153% e para o ano 2006 o aumento já é de 279%. Disse que analisou todos os documentos financeiros e não sabe dizer qual é o capital passivo da autarquia.

Perguntou à Assembleia se o aumento descomunal das despesas corresponde a uma melhoria da qualidade de vida dos Barrosões, lembrando que a taxa de analfabetismo continua a maior do país, o alcoolismo tem a mesma taxa há 22 anos e o património está a degradar-se. Disse que assiste a uma diminuição de forma gravosa da qualidade de vida dos Barrosões: despovoamento, desaparecimento dos transportes públicos, fragilidade da rede social, descaracterização urbana e da paisagem, poluição da água, incêndios florestais e diminuição do número de visitantes.

Disse que o seu objectivo e o do Bloco de Esquerda é o de denunciar o que julgam ser uma má gestão municipal e verdadeiros atentados ao património natural e cultural, lutando por uma gestão vocacionada para pessoas reais, para o desenvolvimento sustentado de Montalegre e para a verdadeira liberdade.

O deputado Pedro Giesteira disse que era com prazer que retomava à Assembleia Municipal como presidente da Junta eleito, tendo justificado legalmente as faltas e tomando posse nesta sessão.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes, começando por dizer ao deputado Fernando Calvão que disse aquilo que está na acta, embora não queiram que ele o diga. Afirmou, nomeadamente, que o PSD tem tido uma acção permanente de obstaculização das acções desenvolvidas pela Câmara, o PSD não tem assumido a sua história de partido responsável e de poder e que tem sido um “ Bloco de Esquerda” maiorzinho. Quando disse que o PSD está contra o Parque de Exposições, queria dizer mais coisas: que estão contra o parque de exposições, contra o pavilhão desportivo, contra o auditório, contra as portas do Parque Nacional da Peneda

Gerês, contra a beneficiação do campo da feira, contra a beneficiação do mercado de gado, contra a beneficiação da rua dos bombeiros, contra o campo de chegadas de bois ou recinto de espectáculos ao ar livre. Estão contra estas obras todas e estão contra o turismo no concelho de Montalegre porque se um partido é contra a pista, contra as instalações próprias para desenvolver actividade com base nos produtos locais, contra o investimento na promoção dos produtos locais, são, certamente, contra a caça, contra a pesca e contra o desenvolvimento económico e o crescimento de emprego na região.

Ao deputado João Soares disse que o tema da educação vai a discussão numa próxima sessão da Assembleia, pois está a ser finalizada a carta educativa que tem que ir a discussão no Conselho Municipal de Educação e depois terá que merecer a aprovação desta Assembleia.

Disse que ficaram algumas sugestões e algumas críticas, críticas essas que ele assume, mas se houve trabalho que a Câmara fez, foi na área da educação, embora o Bloco de Esquerda e o PSD não vejam, mas esses não vêem nada. Só eles é que não viram o que se fez na Borralha em termos sociais e a transformação que lá se fez, desde água ao domicílio, o saneamento básico, o apoio à construção de habitação, a compra e entrega aos inquilinos da sua casa, a cantina para servir refeições gratuitas a todos os alunos e ainda a criação do pré-escolar.

Assume que se gastou muito dinheiro que provavelmente, não devia ser gasto pois no sector da educação não teve a rentabilidade que deveria ter e por isso faz falta a carta educativa, para ser cumprida, para dar seguimento à política deste governo, com base em medidas técnicas, para se fazer obra para o futuro e não apenas intervenções para 2/3 anos.

Disse que era fácil de prever que vamos ter um núcleo escolar em Montalegre e outro em Salto: uma Escola de excelência, com creche, com pré-escolar, com cantina, com ginásio, com espaço para actividades culturais, lúdicas, desportivas e artísticas. Duas escolas de excelência, mas temos que ter em conta a dispersão geográfica.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que se aderiu às Águas de Trás-os-Montes por solidariedade, mas também por questões de qualidade,

modernidade e de civilização. Disse que não é fácil controlar 250 origens de água e que vai ser muito caro. Disse que os aglomerados que não pagam água, vão pagar, pelo menos, as análises.

Sobre a questão da denúncia pública, disse que é bom que aconteça pois é preciso pressionar para que sejam cumpridas as normas comunitárias e a partir de 2006, se a Câmara não cumprir vai responder a tribunal mas, neste momento a Câmara está a cumprir. As notícias referem-se aos resultados de 2004 e sobre estes resultados não se devia fazer campanhas demagógicas, pois a defesa do bom nome do concelho cabe a todos e não só à Câmara.

Sobre o caso social que o deputado Acácio Gonçalves apresentou, disse que não tinha conhecimento pois as pessoas necessitadas devem ser encaminhadas para a Câmara, ou para a Segurança Social, e referiu que um idoso de 80 anos tem, pelo menos, direito ao Rendimento Mínimo Garantido e pode recorrer ao Apoio Solidário, mas o Presidente da Junta que apresente aqui o caso que a Câmara tentará ajudar.

Sobre o Centro de Saúde e o serviço de urgências, disse que não vão fechar, mas apenas por razões de distância, pois, por razões verdadeiras e de rentabilidade poderia fechar.

Disse que as Águas de Trás-os-Montes nunca vão dar prejuízo. Vão dar lucro de 3% embora a água seja cara. Há uma intenção do Governo de propor dois escalões nacionais e o Porto e Lisboa pagam mais para se constituir um fundo que apoie a tarifa do interior.

Disse que as ETAR's da zona das albufeiras estão no plano das Águas de Trás-os-Montes, mas não têm pressa pois não há rede de colectores.

Sobre os planos de urbanização de Montalegre e de Salto, disse que vão ser integrados no PDM que está em revisão e, embora seja um processo lento e que não se vê, é muito trabalhoso. O plano de ordenamento da albufeira está parado, mas que esse facto não tem impedido nenhum investimento.

Sobre a zona de lazer de Campismo de Penedones, disse que é uma obra financiada pelo AGRIS e que se divide em duas fases: a recuperação da zona da aldeia e a zona de lazer junto da barragem. Nesta zona vai haver uma

espécie sala de convívio que vai ter um restaurante com componente de apoio ao Parque de Campismo.

Sobre a eficiência das brigadas de emergência e protecção civil disse que é a obrigação da Câmara corresponder às exigências de forma a serem prestados os melhores serviços.

Sobre a Pousadinha de Paradela e a Modabarr, são casos que estão a ser averiguados e que se irão cumprir todos os trâmites legais.

Disse que a Câmara tem uma brigada de limpeza permanente para evitar que o concelho se torne numa verdadeira lixeira e que espera que os Presidentes de Junta denunciem as pessoas que colocam o lixo em locais impróprios.

Disse que é pelo facto da estrada junto ao hospital estar má que vai ser arranjada e os arranjos começam na estrada de S. Vicente e acabam na fronteira, fazendo-se os trabalhos complementares de luz e passeios.

Disse ainda que na estrada de acesso a Padornelos já começaram as obras de saneamento para depois se colocar tapete.

Sobre o loteamento da Junta de Freguesia, disse que o Presidente da Junta sabe que há problemas com uma caução que não é despachada pela Câmara pois as obras estão mal feitas e por isso tem de se apurar responsabilidades: ou do empreiteiro, ou de quem estragou.

Sobre a EN 103, disse que é da responsabilidade do Instituto de Estradas e a Câmara tem chamado à atenção permanentemente, mas este Instituto é muito exigente com a reparação daquela obra. Disse ainda que o IE quer obrigar a frezar metade da estrada para se colocar tapete apenas naquela metade, mas a Câmara tem pressionado de forma a se arranjam participações para que seja aplicada uma camada em toda a estrada.

Disse que se fizeram obras em Montalegre, mas também se fizeram muitas obras nas aldeias, embora alguns Presidentes da Junta se esqueçam. Lembrou que a maior parte das obras da vila foram feitas com dinheiro que se não viesse para estas obras específicas não vinham para mais nada, são projectos comunitários, financiados a 75% e porque fazem falta.

Disse que foram feitas acusações nesta Assembleia que exigiam mais responsabilidade porque não se devem fazer acusações de ânimo leve, pois,

quando alguém diz que houve pessoas que mudaram de lista em troca de materiais de construção e de contratos a prazo, exige-se quê se diga o que, quando e quem para bem da dignidade, da palavra e da honra e da democracia e da verdade.

Sobre a alienação democrática que o deputado Paulo Pires referiu, se existe foi quando ele congeminou listas como a da “ Casa Barrosã” , financiada pelos fundos comunitários e pelo Governo, e concorreu às eleições autárquicas na freguesia de Cabril e Salto.

Disse que a Assembleia deve comparar os dinheiros gastos pela Câmara na promoção nas feiras e nas festas do concelho e comparar as centenas de milhares de contos que a ProBarroso esbanjou à Comunidade Europeia e ao Estado Nacional e qual o seu resultado.

Disse que há muita demagogia quando se fala em betão em Montalegre, mas a demagogia ainda é maior quando se vem à Assembleia, depois de um acto eleitoral, dar a impressão de que até nem houve eleições e, principalmente, quando se diz que não se melhorou a qualidade de vida dos Barrosões. Infelizmente, a qualidade de vida de alguns é confundida com a dos outros, mas a Câmara trabalha para a qualidade de vida dos Barrosões e principalmente para aqueles que mais precisam.

Disse que a qualidade de vida melhorou imenso com a Feira do Fumeiro, quando se lançaram as feiras, quando se promoveram os produtos locais e os agricultores passaram a vender mais e melhor. E melhorou com as estradas, com as águas, com o saneamento...

Disse que quando se falou na diminuição dos visitantes não se fez só demagogia, mentiu-se, pois quem o disse tem obrigação de saber que o concelho de Montalegre foi, dos concelhos do Alto Tâmega, um dos que cresceu em número de dormidas.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados João Soares, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e Fernando Calvão.

O deputado João Soares disse ao Presidente da Câmara que na sua anterior intervenção não fez nenhuma crítica à Câmara Municipal, apenas referiu o que tinha dito naquele ano de 1989 sobre a política da educação a nível nacional. Disse que estamos atrasados a nível europeu, mas que com coragem, determinação e com separação dos ciclos e dos percursos educativos, Portugal vai conseguir.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que quando falou da água não foi com má intenção, nem com intenções político- partidárias.

Disse que o Multiusos é uma obra que realmente se pode ver, mas os recursos para a melhoria da qualidade de vida estão canalizados para ali.

Disse que a Câmara tem que obrigar as pessoas a fazerem contratos de água.

O deputado Acácio Gonçalves disse que tinha dito na Assembleia que já tinha transmitido ao Presidente da Junta, o caso do idoso, mas que, no entanto, este caso é de conhecimento público pois veio em alguns jornais.

Quanto ao fecho do serviço de urgência, disse que também não inventou nada pois o Jornal Semanário Transmontano foi bem claro quando disse que ia fechar e que apenas perguntou ao Presidente da Câmara se essa informação era verdadeira.

Quanto às Águas de Trás-os-Montes, disse que o Presidente da Câmara não contava ganhar a Junta de Viade e agora tem que fazer mais alguns saneamentos.

Sobre o restaurante da zona de lazer de Penedones, disse que a negociação tem sido um pouco conflituosa pois o Sr. Carlos Antunes apoderou-se do domínio público uma vez que está na margem da barragem.

Disse que no Fontão não há água e que as pessoas estão dispostas a pôr contadores e por isso era bom que a Câmara interviesse.

O deputado Nuno Alves Pereira disse que é solidário com a ideia de desenvolvimento do sistema educativo como política nacional.

Sobre o sistema de abastecimento, disse que quando as perdas são de 19% é bom sinal, mas é necessário que se discuta o sistema de controle de perdas de água, o que poderá implicar a tomada de decisões impopulares.

O deputado Fernando Calvão disse que reitera o que aponta nas alterações à acta que fez acerca da acta e dá razão ao Presidente da Câmara pois a acta diz apenas que o PSD é contra a volumetria do Multiusos, mas o PSD não é só contra a volumetria, é também contra a localização e põe em causa a sua rentabilidade,

Por outro lado, não criticam o turismo, a feira do fumeiro, a caça e a pesca. Criticam apenas a pista e o multiusos.

Sobre o discurso confiante do Presidente da Câmara, disse que não tem muita razão de ser pois a nível de património tem feito pouco, como no saneamento e na recuperação das aldeias. A danificação da paisagem e dos ecossistemas com a proliferação de pavilhões de forma desordenada, é o que o PSD critica. Critica erros irreversíveis, como é o caso do Cerrado e neste assunto o Presidente da Câmara mentiu pois falou de 1 milhão de contos quando a proposta era de 200 mil contos.

Disse ainda que verificou uma ignorância enorme relativamente à saúde pública pois admite que tecnicamente não é fácil controlar 250 nascentes de água mas não nos podemos compadecer com isso, pois é a saúde pública que está em causa.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos mesmos, começando por falar do Instituto de Estradas e dizendo que este não tem muita autonomia. O director de Vila Real não tem orçamento para desenvolver projectos, tem orçamento para manutenção, mas o IE exige que a estrada fique, no mínimo, no estado em que estava.

Disse que a ligação de Montalegre à rede de auto-estradas se pode fazer por dois sítios: ou por Vilar de Perdizes ou pela EN 103 para Braga e é de lá que vêm os nossos clientes. Disse ainda que o Ministério das Obras Públicas tem

obrigação de ligar as sedes dos concelhos e por isso tem obrigação de ligar Montalegre à A24, que será por Sapiãos.

Sobre o restaurante do Sr. Carlos Antunes, em Penedones, disse que não está situado em domínio hídrico e é prioridade privada. Referiu ainda que a Câmara está disposta a comprar aquilo, mas não pelo preço que o proprietário quer.

Sobre a água, disse que quem a quer vem aos serviços da Câmara e requisita-a e se houver a maioria de interessados fazem-se os contratos e a Câmara trata do serviço. E todos o deverão fazer pois a Autarquia vai ter um encargo muito grande só para a análise da água, cerca de 250 mil euros, mas a saúde é uma prioridade e cumpre-se a lei.

Disse que a Casa do Capitão, em Salto, está demorada, mas vai ser das melhores obras que se vai ver, de referência no concelho e na região. Está em conclusão outra obra cultural e que também não há em mais lado nenhum, é um centro cultural, o núcleo central do Ecomuseu do Barroso, uma referência histórica do repositório etnográfico, da história, da cultura do Barroso, com um posto de serviço eficiente, moderno e eficaz, com novas tecnologias, com um arquivo digital de toda a nossa história. Isso demora tempo, mas está a fazer-se com o melhor que há. A Biblioteca também é cultura e convidou toda a Assembleia a verem o trabalho que se tem feito por todas as escolas com a Biblioteca Itinerante.

Concordou que os armazéns são um horror para a paisagem, mas disse que não fica bem ao PSD criticá-los pois no seu programa de campanha eleitoral propunha fazer loteamentos para vacarias e armazéns, e aí seria “ pior a emenda que o soneto” .

Sobre o Cerrado, disse que, na altura das negociações, ele, à rebelia do Dr. Pires, ofereceu 220 mil contos, mas os proprietários, mesmo assim, não aceitaram porque, entretanto, saiu a nova lei das expropriações e o PDM inclui aquela área no perímetro urbano e isso, em expropriação, custaria uma verba insuportável à Câmara. Mas ainda bem que assim aconteceu. A Câmara fez os equipamentos que pretendia ali construir, não hipotecou no Cerrado a capacidade financeira futura, arranjou com esse dinheiro o rio e requalificou a zona degradada das escolas primárias e do pavilhão e no Cerrado está a

desenvolver-se um interessante investimento privado para Montalegre. Perguntou porque estavam descontentes.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior

A acta da sessão ordinária do dia vinte e dois de Dezembro de 2005 foi posta à consideração, tendo os deputados Fernando Calvão e Paulo Cruz feito alguns reparos.

O deputado Fernando Calvão disse que a acta, globalmente está bem feita, mas fez alguns reparos. Na página sete, onde o Presidente da Câmara dá resposta às questões apresentadas, faz-se referência que o PSD é contra a pista, contra o Multiusos, contra o crescimento económico, contra o Parapente, contra os percursos pedestres, a caça, a pesca e não é isto que o PSD defende. Disse que é verdade que são contra o Multiusos nestes moldes, mas não são contra o crescimento económico, os percursos pedestres, a caça e pesca pois, são assuntos de interesse supra partidários e de interesse municipal.

Numa outra fase da Assembleia, discutiu-se que o PSD seria contra o Multiusos devido à sua localização geográfica. Contudo, o PSD é contra o Multiusos não só pela sua localização, mas também pela volumetria e pela sua rentabilidade.

O deputado Paulo Cruz fez uma rectificação na página cinco onde se diz que o “deputado saudou a Assembleia e alertou os adversários políticos pois não souberam desempenhar o seu papel”. Ele não queria essa pretensão. Ele queria dizer que saudou toda a Assembleia face ao resultado das eleições, referiu que os adversários políticos souberam desempenhar bem o seu papel. Na página seis, onde diz que o deputado Paulo Cruz pode apresentar uma lista

da sua família de Travassos que vieram votar no PSD, deveria constar que o deputado Paulo Cruz, em resposta ao deputado Fernando Calvão disse que podia apresentar uma lista de pessoas, algumas delas familiares de Travassos do Rio.

Deliberação: posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

2. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

4. Primeira revisão aos documentos previsionais do ano financeiro de 2006

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia Municipal.

Inscreveu-se para intervir o deputado Paulo Pires.

O deputado Paulo Pires disse que lhe parece haver um excesso de confiança nas previsões orçamentais, o que obriga a uma revisão constante das contas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que se as alterações ao Plano existem é para serem usadas, para se ter um plano que ajuda a gestão e não um plano que obstaculiza a gestão.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

5. Informação apresentada pelo membro da Assembleia Municipal Dr. Teixeira Gomes sobre “ Como obter energia a partir de biomassa”

Este ponto foi adiado para a próxima sessão uma vez que o deputado que o propôs se encontrava ausente.

6. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação

A bancada do Partido Socialista propôs o deputado Manuel Duarte, Presidente da Junta de Freguesia da Chã.

Não houve outras propostas.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor, 5 votos contra e 8 em branco, eleger o Presidente da Junta da Chã, Manuel Duarte, para representante das freguesias do concelho, no Conselho Municipal de Educação.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
